

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico 3

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

3

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico 3 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-059-9

DOI 10.22533/at.ed.599192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O DESAFIO DE ACOMPANHAMENTO FAMILIAR ATRAVÉS DE GRUPOS	
<i>Poliana de Oliveira Carvalho</i> <i>Solange Maria Teixeira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5991922011	
CAPÍTULO 2	11
A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA NOVA REGULAMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
<i>Rafaella Vanny Teixeira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5991922012	
CAPÍTULO 3	22
AUTONOMIA E EMPODERAMENTO FEMININO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DAS AVALIAÇÕES DE IMPACTO	
<i>Sandra Monica da Silva Schwarzstein</i> <i>Nivia Valença Barros</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5991922013	
CAPÍTULO 4	34
CONTOS DA VIDA REAL: UM ESTUDO SOBRE A MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA, EM TERESINA-PI	
<i>Iracilda Alves Braga</i> <i>Dryelly Ravelly Val</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5991922014	
CAPÍTULO 5	46
O USO DE INDICADORES DOS SISTEMAS OFICIAIS DE INFORMAÇÕES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E FAMILIAR	
<i>Vanelise de Paula Aloraldo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5991922015	
CAPÍTULO 6	58
POBREZA E POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL: ANÁLISE DA ATUAL CONJUNTURA	
<i>Patrícia Ribeiro Lopes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5991922016	
CAPÍTULO 7	71
POLÍTICA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL: ATUAÇÃO PROFISSIONAL FRENTE À CONSOLIDAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	
<i>Diego Tabosa da Silva</i> <i>Anália da Silva Barbosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5991922017	

CAPÍTULO 8	81
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: ANÁLISE DAS MUDANÇAS NOS PADRÕES DE CONSUMO E MELHORIAS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS USUÁRIAS EM SÃO LUÍS-MA	
<i>Camila Raquel Amaral França</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5991922018	
CAPÍTULO 9	92
REDE SOCIOASSISTENCIAL E VIABILIZAÇÃO DE DIREITOS: DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL	
<i>Roberta Ferreira Coelho de Andrade</i>	
<i>Tereza Raquel Negreiros do Nascimento Costa</i>	
<i>Vivianne Batista Riker de Sousa</i>	
<i>Mayza Lorena Barbosa da Silva Noronha</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5991922019	
CAPÍTULO 10	104
REFLEXÕES SOBRE PROJETOS POLÍTICO-IDEOLÓGICOS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA	
<i>Paula Raquel da Silva Jales</i>	
<i>Solange Maria Teixeira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.59919220110	
CAPÍTULO 11	115
SEGREGAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA RELAÇÃO INTERATIVA A SER COMPREENDIDA	
<i>Sueli do Nascimento</i>	
DOI 10.22533/at.ed.59919220111	
CAPÍTULO 12	127
TRABALHO E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA ANÁLISE À LUZ DA QUESTÃO	
<i>Régia Maria Prado Pinto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.59919220112	
SOBRE A ORGANIZADORA	140

TRABALHO E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA ANÁLISE À LUZ DA QUESTÃO

Régia Maria Prado Pinto

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - PPGSS/UERJ
Assistente Social – Prefeitura de Maracanaú/
Fortaleza/Ceará

RESUMO: O artigo visa discutir a temática trabalho e população em situação de rua como uma das expressões das questões sociais, resultante das desigualdades sociais inerente a relação desigual entre capital e trabalho que se gesta no Modo de Produção Capitalista. Para tanto, o estudo é construído à luz da teoria social crítica por possibilitar a compreensão a temática em estudo inserida na totalidade da estrutura dinâmica e complexa da sociedade capitalista. Nesse sentido, o artigo tenta desmitificar as representações da sociedade e do poder público de que população em situação de rua é formada por indivíduos e/ou famílias que não querem trabalhar. Ao contrário, essa população tem no mercado informal como uma das estratégias de acesso à renda, realizando ocupações são realizadas em condições extremamente precarizadas e sem acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários, como atividades de bicos, flanelinhas no semáforo, vigilantes de carro. precárias, sem renda fixa e sem acesso aos direitos

trabalhistas e previdenciários, diferentemente das representações da sociedade e do poder público.

PALAVRAS-CHAVE: População em situação de rua; Trabalho; e Questão social.

ABSTRACT: The article aims at discussing the subject of work and population in the street situation as one of the expressions of social issues, resulting from social inequalities inherent in the unequal relationship between capital and labor that is generated in the Capitalist Mode of Production. In order to do so, the study is constructed in the light of critical social theory because it enables the understanding of the thematic in study inserted in the totality of the dynamic and complex structure of capitalist society. In this sense, the article attempts to demystify the representations of society and public power that the street population is formed by individuals and / or families that do not want to work. On the contrary, this population has in the informal market as one of the strategies of access to income, carrying out occupations are carried out in extremely precarious conditions and without access to labor and social security rights, such as activities of nozzles, flannels at traffic lights, car vigilantes. Such occupations are carried out in extremely precarious, unhealthy conditions, with no fixed income and as access to denied labor and social security rights.

KEYWORDS: Population in street situation, Work and social question.

1 | INTRODUÇÃO

Os processos capitalistas têm revolucionado todas as dimensões da vida humana, no sentido de colocá-las a favor da concentração do capital em poucas mãos, sendo a classe trabalhadora que mais tem sofrido com os efeitos deletérios. As transformações capitalistas têm contribuindo significativamente no aprofundamento do desemprego estrutural, empobrecimento da classe trabalhadora e acirramento das desigualdades sociais, que se expressa em diversas expressões da questão social.

A lógica do capital tem contribuído para o acirramento das desigualdades e para o agravamento das expressões da questão social, a exemplo do fenômeno população em situação de rua. Nesse sentido, o presente artigo visa discutir este fenômeno como reflexo de múltiplas determinações, inserido numa realidade complexa e dinâmica. Assim, o percurso teórico-metodológico do artigo se dá à luz da Teoria Social Crítica por permitir apreender o fenômeno população em situação de rua inserido no contexto das contradições materiais e históricas da sociedade capitalista.

Nesse sentido, o presente artigo visa discutir o fenômeno população em situação de rua como uma das expressões da questão social inerente como as múltiplas determinações sociais, econômicas, políticas e culturais no contexto do complexo e dinâmico do capitalismo brasileiro. Com essa direção, o percurso teórico-metodológico do artigo se dá à luz da Teoria Social Crítica por permitir apreender o fenômeno em estudo a partir de estudo de leituras e elementos da realidade de uma pesquisa de campo.

Para isto, o artigo está dividido em quatro seções. A primeira aponta alguns elementos que desvelam a gênese da produção e reprodução do fenômeno população em situação de rua como uma das expressões da questão social, inerente a processo da acumulação primitiva do capital. Em seguida, a seção traz as principais transformações capitalistas e suas inflexões para o mundo do trabalho. A terceira trata da relação trabalho e população em situação de rua. Por fim, as considerações finais retomam alguns elementos discutidos no decorrer do texto e propõe algumas reflexões que contribuam para o debate do fenômeno em tela.

2 | ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DO CAPITAL E A GÊNESE DA QUESTÃO SOCIAL: ELEMENTOS FUNDANTES DO FENÔMENO EM ESTUDO

O processo sócio-histórico do modo de produção capitalista tem sido marcado pela relação de exploração da classe trabalhadora pelo capitalista, em que se gesta diversas expressões da questão social, como pobreza, violência, fome, analfabetismo,

desemprego e outras. De acordo com Iamamoto, a “questão social” eclodiu na segunda metade do século XIX como um fator perturbador da ordem burguesa, e impondo em caráter de urgência a intervenção do Estado e da burguesia. Sendo assim, a “questão social” são as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. Assim, a questão social eclodiu na segunda metade do século XIX como um fator perturbador a ordem burguesa, e exigindo uma intervenção do Estado e da burguesia. Sendo assim, a questão social reflete também o processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, na disputa pela riquezas produzidas socialmente e exigindo o seu reconhecimento como classe social por parte do empresariado e do Estado. Segundo Iamamoto,

Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. [...]. Formas de resistência já presentes, por vezes de forma parcialmente ocultas, no cotidiano dos segmentos majoritários da população que dependem do trabalho para a sobrevivência. Assim, apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de reinvenção da vida construída no cotidiano, pois é no presente que estão sendo recriadas formas novas de viver, que apontam um futuro que está sendo germinado (IAMAMOTO, 2001, p. 28, grifo da autora).

Na realidade a denominada “assim chamada acumulação primitiva” diz respeito ao processo histórico da separação entre o trabalhador e os meios de produção. É “primitiva” porque se constitui a pré-história do capital e do seu modo de produção (MARX, 2013). Esse processo exigia um leque de condições necessárias, sendo o trabalhador livre uma delas, que só foi possível com a dissolução do modo de produção feudal. O fim da sociedade feudal significou a libertação dos trabalhadores da servidão e das relações desumanas típicas desse regime.

Países da Europa, nos os séculos XV e primórdios do século XVI, deram início a uma sequência de transformações econômicas, sociais e políticas que garantiram a sustentação do livre comércio e, posteriormente, o surgimento das primeiras fábricas. Os primeiros burgueses cercaram as propriedades e expulsaram camponeses para a cidade, demoliram suas moradias violentamente, sob a alegação da necessidade de uma massa de proletariado absolutamente livre para o sistema produtor de mercadorias. Esse processo garantiu a oferta de mão de obra livre necessária às indústrias que emergiam nas cidades, possibilitando o desenvolvimento da sociedade capitalista. “[...] Para Marx, “tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre”. (2013, p. 804).

Os camponeses expulsos de suas terras e obrigados a venderem a sua força de trabalho viviam sob uma rigorosa disciplina, em péssimas condições de vida e

de trabalho, além de baixos salários. Vale ressaltar que, como os camponeses eram acostumados com o modo de vida da subsistência no campo, muitos tinham dificuldades em se adaptar à nova disciplina burguesa. Em caso de recusas ao trabalho imposto pela necessidade feroz da acumulação do capital, a burguesia contava com uma forte legislação de punição com o apoio do Estado no controle excessivo da vida da classe trabalhadora. Os trabalhadores livres arrancados das terras e não absorvidos pelas fábricas ou que não se adaptavam à nova disciplina, transformavam-se em mendigos, pedintes, ladrões, desocupados e vagabundos que perambulavam pelas ruas. Essa população trabalhadora excedente não ser absorvida pelo capital, transforma-se em base da acumulação capitalista na medida em que representa uma reserva de mão de obra, capital variável em potencial. Ainda de acordo com Marx:

Uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como ele o tivesse criado por sua conta própria. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização, o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional. [...]. Por sua vez, as oscilações do ciclo industrial conduzem ao recrutamento da superpopulação e, com isso, convertem-se num dos mais energéticos agentes de sua reprodução. (MARX, 2013, p. 707).

A acumulação do capital necessita de um excedente de trabalhadores/as desempregados/as, pois a “acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado”. (MARX, 2013, p. 690). Nesse sentido, é necessário um exército industrial de reserva, trabalhadores/as disponíveis condenados/as obrigatoriamente ao ócio e sempre disponível à exploração em qualquer tempo pelos detentores do capital. “[...] É a condição de existência do modo de produção capitalista [...]”. (MARX, 2013, p. 707). Ocorre que:

O capital age sobre os dois lados ao mesmo tempo. Se, por um lado, sua acumulação aumenta a demanda de trabalho, por outro lado, sua “liberação” aumenta a oferta de trabalhadores, ao mesmo tempo em que a pressão dos desocupados obriga os ocupados a pôr mais trabalho em movimento, fazendo com que, até certo ponto, a oferta de trabalho seja independente da oferta de trabalhadores. O movimento da lei da demanda e da oferta de trabalho completa, sobre essa base, o despotismo do capital. (MARX, 2013, p. 715).

O capitalismo necessita permanentemente do exército industrial de reserva, ou seja, um contingente de proletários/as sobrantes, não absorvidos/as pelas indústrias, como uma estratégia fundamental no circuito da acumulação do capital em manter salários baixos e péssimas condições de trabalho em que caso exigência e luta da classe trabalhadora. As raízes da questão social são resultantes da situação de pobreza da classe trabalhadora e pela sua pressão na disputa pela riqueza socialmente

produzida. É nesse contexto também que surge o fenômeno população em situação de rua.

Convém frisar que esse o fenômeno população em situação de rua não é novo a medida que sempre existiu em todas as formas da sociedade, mas, com as constantes configurações capitalistas e o aprofundamento do desemprego, ampliou-se e ganhou uma maior visibilidade na contemporaneidade. Nessa direção que a seção a seguir aponta as principais configurações do capitalismo e seus rebatimentos para o mundo do trabalho, e o aumento do número de indivíduos e/ou famílias em situação de rua.

3 | PERCURSOS SÓCIO-HISTÓRICOS DO CAPITALISMO E TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

O Modo de Produção Capitalista historicamente tem exigido a precarização do trabalho como condição para sua própria reprodução. Assim, é imprescindível apreender as constantes transformações do capitalismo, no sentido de David Harvey, “compreender o fluxo do capital, seus caminhos sinuosos e sua estranha lógica de comportamento é, portanto, fundamental para entendermos as condições em que vivemos.” (2011, p. 7).

Para retratar os principais elementos das configurações do capitalismo foi necessário realizar o recorte sócio-histórico que tem com ponto de partida o período que demarcou o Estado keynesiano-fordista, predominou desde o fim da Segunda Guerra Mundial até o início dos anos de 1970; em seguida, os elementos da implantação do ideário neoliberal nos anos 1973/1974 até os dias atuais, em tempos de crise estrutural do capital. O recorte deu-se por reconhecer que os períodos aludidos acima são os mais expressivos para a classe trabalhadora, principalmente o período compreendido entre os anos de 1980 ao tempo presente. Nos termos de Giovanni Alves, são os “trinta anos perversos, marcados pela intensa ofensiva do capital na produção e o aprofundamento da super exploração da força de trabalho.” (2013, p. 33).

No século XX, a sociedade capitalista atravessava uma grave crise econômica marcada pela Grande Depressão dos anos 1929 a 1932, além dos efeitos deletérios da Segunda Guerra Mundial. Esse período foi palco de fortes tensionamentos advindos do movimento operário, o qual, sob a forte influência dos ideários comunistas e em resposta à situação de pobreza em que vivia a classe trabalhadora, exigia de forma decisiva a ampliação da atuação do Estado em diversas esferas, rompendo definitivamente com o pensamento liberal, que consiste em uma doutrina filosófica e econômica que teve início com o fim da sociedade feudal, nos meados dos séculos XIX até o século XX, cujos principais teóricos foram David Ricardo e principalmente Adam Smith.

O liberalismo fundamentava-se nos princípios do individualismo, dos direitos naturais, trabalho como mercadoria e do mercado livre como centro da sociedade.

Então, o Estado passou a intervir intensamente na esfera da produção e do consumo, assumindo o papel de regulamentador e financiador por meio do repasse de recursos públicos para o setor privado e no atendimento de uma pauta de reivindicações da classe trabalhadora por meio da oferta de serviços públicos, corroborando para a construção de um moderno conceito de proteção social, chamado de “Welfare State” ou “Estado de Bem-Estar Social”. Na esfera da produção, ocorreram transformações mediante a reorganização da produção e gestão do trabalho, denominado de taylorista/fordista. Dentre elas, a produção em série e em massa, o trabalho parcelado e uma rígida divisão das tarefas entre os trabalhadores, garantiram o aumento da produção em menos tempo. Essas transformações capitalistas trouxeram inflexões severas no processo organizativo da classe trabalhadora, como desmobilização e cooptação pelo viés corporativista na relação do Estado e do empresariado com o movimento sindical. Segundo Netto e Braz (2012), ao longo dos anos 1960 e no início de 1970, o peso do movimento sindical aumentou significativamente nos países centrais, demandando não somente melhorias salariais, mas também contestando a organização da produção taylorista-fordista.

Meados dos anos 1970, os princípios keynesianos, o Welfare State e os padrões fordistas foram ineficientes para conter mais uma crise do capitalismo. Os sinais de crise são desvelados por meio da estagnação da economia, endividamento do Estado, altos índices inflacionários, superprodução global e aumento do desemprego. O trágico colapso do sistema econômico é resultado também de uma crise fiscal do Estado devido ao aumento do gasto público, à redução dos postos de trabalho e uma acentuada queda na arrecadação tributária, o que novamente exigia mudanças na esfera de produção e do consumo. O modelo fordista-keynesiano não foi capaz de apontar saídas definitivas às contradições inerentes ao próprio capitalismo. Diante disso, o setor empresarial, impulsionado por um mercado extremamente competitivo e ávido por lucros, adotou um leque de medidas na esfera da produção e do consumo baseado no método japonês, também chamado de toyotismo, que tem como pilares a flexibilização na contratação via terceirizações, empresas mais enxutas, desregulamentação dos direitos trabalhistas e adoção de inovações tecnológicas baseadas na robótica e da informatização. Para Ricardo Antunes, “o mais brutal resultado dessas transformações é a expansão sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global” (2003, 49). Segundo David Harvey, “a desvalorização da força de trabalho sempre foi resposta instintiva dos capitalistas à queda dos lucros” (2011, p. 179), com efeito direto no enfraquecimento do poder de barganha da classe trabalhadora frente aos empregadores, reduzindo drasticamente o valor da força de trabalho. Nos momentos de aprofundamento das crises, a classe dominante constrói novos nichos de acumulação do capital e manutenção da ordem vigente, como o projeto neoliberal, que surge como reação frente a crise do Welfare State.

Para os neoliberais, o endividamento do Estado deu-se pela sua excessiva intervenção no mercado e na sociedade, portanto, é o maior responsável pelas desgraças

e pelos infortúnios que afetam o crescimento econômico. Vive-se a financeirização do capital, ou seja, a fusão entre o capital industrial e bancário, dando origem ao domínio do capital financeiro em escala mundial que consiste na integração internacional por meio da liberalização e desregulamentações necessárias à mobilidade do capital para as transações financeiras. Netto e Braz, “para o capital, o que interessa é sua livre mobilidade.” (2012, p. 241). A mercadoria é dinheiro e dinheiro é mercadoria. O dinheiro é uma forma de poder social que pode ser apropriado por particulares. É uma forma de poder social que não tem limites [...]” (HARVEY, 2011, p. 43).

Na contemporaneidade, a grande ofensiva do grande capital contra a classe trabalhadora aprofundou ainda a precarização e expansão do trabalho social combinado, nos termos de Marx (2013) em que consiste na trabalhadores/as de toda a parte do mundo participam do processo de produção de um mesmo produto. Para Ricardo Antunes,

Essas mutações criaram, portanto, uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros e etc, sem falar nas divisões que decorrem da inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho. (ANTUNES, 2003,184)

Toda essa complexidade do mundo do trabalho na contemporaneidade não afirma as teses que propalam o fim do trabalho. Na realidade a capitalismo supervaloriza o trabalho morto por meio do constante incremento tecnológico em detrimento do trabalho vivo, mas é impossível sua eliminação. Em linhas gerais, as crises e as constantes configurações capitalistas aprofundam as desigualdades e as manifestações da questão social, a exemplo do fenômeno social população em situação de rua, como resultante da relação desigual entre capital e trabalho. Essa população composta por trabalhadores/as desempregados/as ou ue desenvolvem ocupações no mercado informal, sendo o desemprego um dos principais motivos que conduzem homens e mulheres à situação de rua, como será discutido na seção seguinte.

4 | TRABALHO E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

4.1 Trabalho e a sua centralidade no mundo dos homens

Na vida cotidiana, o trabalho possibilita ao homem satisfazer as necessidades básicas, como alimentação, vestimenta, saúde, educação, lazer e outras. Parafraseando Marx, o trabalho é uma atividade coletiva, pois o homem se relaciona com outros sujeitos por meio da linguagem, da realização de trabalho, da divisão das tarefas e da troca de conhecimentos. Daí, a humanidade se constitui mediante o trabalho na

relação com a natureza. Em Marx, segundo Ranieri:

O Trabalho é, será sempre, um elemento cujo papel mediador é ineliminável da sociedade e, portanto, da sociabilidade humana. Mas o trabalho sob os auspícios da produção capitalista traz em si a impossibilidade de suplantação do estranhamento humano, uma vez que o seu controle é determinado pela necessidade da reprodução privada da apropriação do trabalho alheio, e não por aquilo que se poderia considerar necessidade humana ancorada na reprodução social liberta da posse privatizada. (RANIERI, 2010, p. 14-15)

O trabalho é uma condição de existência do homem, independentemente das formas sociais existentes na humanidade. Em Marx, o homem por meio do trabalho “agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica a sua própria natureza” (2013, p. 255). Nesse sentido, o trabalho assume um papel preponderante na formação dos homens e das mulheres como uma construção histórica. Ainda em Marx

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 2013, p. 120).

O crescimento do capital acumulado por meio da exploração crescente da mais-valia em escala global contribui para a redução significativa do trabalho abstrato, mas não a sua eliminação. De acordo com Giovani Alves,

A categoria trabalho não diz respeito apenas à produção propriamente dita, isto é, o local da exploração ou produção de mais-valia: o local de trabalho dito. Ela implica a própria atividade vital ou processo entre o homem e a Natureza, compreendida como (1) a matéria natural que ele se apropria para dar-lhe uma forma útil para sua própria vida e (2) a sua própria vida física e mental (corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão), elementos postos não apenas no interior do território da produção propriamente dita (por exemplo, a fábrica, a loja ou o escritório), mas também nas instâncias da reprodução social. (2013, p.18)

Ocorre que nas últimas décadas as transformações capitalistas expressam uma crise que está centrada na sua base, denominada de crise estrutural do capital, nos termos do filósofo Húngaro ISTVÁN Mészáros. Este autor . Mészáros elabora uma crítica profunda sobre as engrenagens que marcam o sistema metabólico capitalista na atualidade que se nutre do aprofundamento da precarização estrutural do trabalho e a destruição dos recursos naturais. A crise estrutural tem como pano de fundo a corrosão do trabalho protegido em escala global. Ressalta ainda que a explosão do desemprego atinge enormes contingentes de homens e mulheres, estáveis ou precarizados, formais ou informais, nativos ou imigrantes. (MÉSZÁROS, 2011, p. 13). Esse processo acarreta sistematicamente na erosão do trabalho com contrato, regulamentado e protegido por um sistema de proteção.

A ofensiva do grande capital contra a classe trabalhadora corroborou de forma decisiva no aprofundamento do desemprego e no enfraquecimento das correlações de forças na disputa contra as classes dominantes. A retórica, como bem disse Marx, é que “[...] o dinheiro é desprovido de limites, quer dizer, ele é representante universal da riqueza material, pois pode ser imediatamente convertido em qualquer mercadoria. [...]” (2013. p. 206). O modo de produção capitalista busca incessantemente a recomposição do capital, para Mézaros:

A consciência dos limites do capital tem estado ausente e em todas as formas de racionalização de suas necessidades reificadas, e não apenas nas versões mais recentes da ideologia capitalista. Paradoxalmente, contudo, o capital é agora compelido a tomar conhecimento de alguns desses limites, ainda que, evidentemente, de uma forma necessariamente alienada. Pelo menos agora os limites *absolutos* da existência humana – tanto no plano militar como no ecológico – têm de ser avaliados, não importa quão distorcidos e mistificadores sejam os dispositivos de aferição da contabilidade socioeconômica capitalista. Diante dos riscos de uma aniquilação nuclear, por um lado e, por outro, de uma destruição irreversível do meio ambiente, tornou-se imperativo criar alternativas práticas e soluções cujo fracasso acaba sendo inevitável em virtude dos próprios limites do capital, os quais agora colidem com os limites da própria existência humana. (Mézaros, 2011, p. 57, grifo do autor).

Nesse contexto, o aumento do desemprego, precarização do trabalho e ampliação do trabalho informal contribui para que homens e mulheres em situação de pobreza busquem as ruas como espaço de moradia e sustento nos grandes centros urbanos, como segue na seção.

4.2 A População Em Situação De Rua E O Mundo Do Trabalho: Desemprego, Precarização E Trabalho Informal

No Brasil, historicamente o desemprego é das suas particularidades desde a sua formação que contribui para relações de trabalho flexíveis, extremamente precarizadas e informais. Nas palavras de Lopes:

O aprofundamento do desemprego e do trabalho precário constitui fator relevante da expansão da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, da elevação dos índices de pobreza e dos níveis de vulnerabilidade da classe trabalhadora e, conseqüentemente, da expansão do fenômeno população em situação de rua, como parte constitutiva da pobreza e da superpopulação relativa, excedente à capacidade de absorção do capitalismo. (LOPES, 2009, p. 115).

Segundo Lúcia Lopes, o fenômeno população em situação de rua é uma expressão inconteste das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se desenvolvem a partir do eixo capital / trabalho. O processo das mudanças no mundo do trabalho contribuíram advindas para o aprofundamento do desemprego e do trabalho precário. Nesse contexto, constatamos o aumento do fenômeno população em situação de rua, como parte constitutiva da pobreza.

Em 2009, o Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome publicou a primeira Pesquisa Nacional para População em Situação de Rua, identificou 50.000 adultos em situação de rua em todo o Brasil. A referida pesquisa teve com o objetivo de caracterizar a população em situação de rua e subsidiar a formulação e implantação de políticas públicas voltadas para a realidade desse grupo populacional. A pesquisa abrangeu 23 capitais brasileiras independentemente do seu porte populacional e 48 municípios e acima de 300 mil habitantes, que contemplou as pessoas com ou acima de 18 anos completos que aderiram de forma voluntária.

Esta Pesquisa identificou que a 47,7% da população em situação de rua nunca teve carteira assinada ou não possuía vínculo empregatício há muito tempo. Destes, 52,6% trabalhavam no mercado informal, 27,5% são catadores de materiais recicláveis, 14,1% são flanelinhas, 6,3% são ligadas à área de limpeza e 3,1% trabalham como carregadores.

Na pesquisa de mestrado/2015 realizada pela presente autora, a população em situação de rua é composta por trabalhadores/as desempregados/as ou que desenvolvem ocupações no mercado informal, como: flanelinhas; servente; capinação; artesão; vendedores, catadores de resíduos sólidos e jardineiro. No estudo, foi constatado que essas ocupações são simultaneamente. A pesquisa foi conclusiva que essa população trabalha predominantemente no mercado de trabalho informal, em condições extremamente precarizadas, sem renda fixa, sem acesso aos direitos trabalhistas e previdenciário, bem como em condições extremamente precarizadas. Essa pesquisa identificou ainda que anterior a situação de rua, essa população sempre manteve relações de trabalho, seja no mercado formal ou informal, como expostos nos relatos:

Trabalhei na KASTCH, fábrica de calcinha e sutiãs, trabalho sempre como auxiliar de cozinha ou auxiliar de produção. (C. A.).

Trabalhei na prefeitura como servente por três anos. Trabalhei na MARK e na SENA, são empresas de cal. (A. S).

Trabalhei quinze anos em uma padaria sem carteira assinada. (P.A).

Eu morei em Brasília e trabalhava em casa de família, era empregada doméstica. Nunca trabalhei de carteira assinada. (O.B).

Dentre os motivos das demissões, a pesquisa identificou a redução de custos com a força de trabalho e o adoecimento:

Eu só trabalhei uma vez de carteira, fiquei doente, passei 15 dias de atestado médico. Quando cheguei na empresa, fui demitido, mesmo mostrando o atestado médico. (C. A, 30 anos)

Trabalhei na prefeitura como limpador de rua (gari) e enchedor de caçamba, então sim, trabalhei esse tempo todinho, era inverno e verão. Enchendo os carros com lixo podre. Era um trabalho pesado. Hoje sou doente da coluna. As empresas não me querem mais. (A. S, 47 anos).

A redução dos postos de trabalhadores/as é o impacto das configurações do modo de produção capitalista em que se amplia o trabalho morto e reduz o trabalho vivo, como já explicitado exaustivamente. No tocante ao adoecimento da classe trabalhadora, para Alves, há uma incompatibilidade do modo de produção capitalista com a relação com a saúde do trabalhador (2013, p. 127). E linhas gerais, pode-se concluir que a população em situação de rua trabalha, porém predominantemente no mercado informal. E que se reconhece como trabalhador/a, ou seja, possui o sentido de pertencimento à classe trabalhadora. De fato, o que determina o caráter da classe trabalhadora é propriedade da força de trabalho e a necessidade de vendê-la em troca de salário. No estudo de mestrado constatou-se ainda a busca de reinserção no mercado de trabalho formal, como expõe os relatos:

Já me cadastrei várias vezes no SINE, mas nunca dá certo (R.S, 42 anos).

As pessoas falam que estou grávida, preconceito é demais com a gente (P. D, 22 anos).

Nesse processo de trabalho no mercado de trabalho é permeado por barreiras são encontradas, como a ausência de qualificação, baixa escolaridade, ausência de comprovante de endereço, problemas de saúde, preconceito, ausência de documentação, idade acima de 40 anos e a ausência de política de incentivo ao trabalho de acordo com as especificidades dessa população.

Se eu tivesse condições de trabalhar de carteira assinada, não tenho estudo. Nós não gostamos de pedir (R.Q, 43 anos).

Problemas de saúde, se eu tivesse minha saúde acredito que não estaria na rua. Eu não gosto de estar pedindo um a outro porque com a amizade que tenho eu poderia, mas nunca precisei disso, não fui criado assim (K. M, 55 anos).

Minha dificuldade tá em comprar o material para fazer as bijuteria e comprar queijo para assar e vender. Faço colar e cortina. (O. B, 45 anos).

Os relatos apontam para a necessidade de pensar em políticas públicas que vislumbrem para a população em situação de rua estratégias que possibilitem a construção de novos projetos para a população em situação de rua com respeito a sua autonomia e ao seu modo de vida.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo possibilita uma análise crítica acerca da realidade do fenômeno em

situação de rua, como uma das expressões da questão, resultante das desigualdades sociais gestadas na relação capital e trabalho no modo de produção capitalista. Nesse sentido, alguns elementos expostos no decorrer do artigo são retomados aqui no sentido de contribuir para o debate acerca da superação das representações da sociedade e do poder público acerca de que a população em situação de rua trabalho, predominante do mercado informal extremamente precarizadas e sem acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários.

Em face às constantes transformações do modo de produção capitalista que trazem implicações no aumento do desemprego, no empobrecimento da classe trabalhadora e no acirramento das desigualdades sociais no Brasil. Tal processo contribui significativamente para que indivíduos e/ou famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sustento, principalmente nos grandes centros urbanos. Nesse sentido, o percurso do artigo pode inferir que o desemprego e o trabalho informal são os principais motivos que levam indivíduos e/ou famílias a situação de rua.

O artigo também pretende contribuir no debate no sentido de desmitificar as representações da sociedade em geral de que população em situação de rua é formada por indivíduos e/ou famílias que não querem trabalhar. Essa população tem o mercado informal como uma das estratégias de acesso à renda, realizando ocupações são realizadas em condições extremamente precarizadas e sem renda fixa, como as atividades de bicos, flanelinhas, vigilantes de carro, vendedores e outros.

O campo desvelou que a mendicância não se constitui como a principal forma de obtenção de renda. Vale ressaltar que esses indivíduos buscam a reinserção no mercado de trabalho formal, embora encontram inúmeras barreiras, como baixa escolaridade, ausência de documentação, preconceito e discriminação. Para finalizar o artigo tem uma tentativa de contribuir no debate crítico, ético e propositivo acerca da relação entre trabalho e população em situação de rua na perspectiva da construção de reflexões e apontar estratégias para a construção de novos projetos de vida.

Diante do exposto, faz-se necessário trilhar um caminho de reflexões sistemáticas sobre o fenômeno população em situação de rua junto à sociedade e representantes do poder público, na perspectiva de superar práticas discriminatórias, preconceituosas e higienistas. É imprescindível construir espaços de reflexão junto à sociedade e o poder na luta na construção de políticas públicas estruturantes com capacidade de romper com as estruturas das desigualdades sociais, econômicas, culturais e raciais presentes na realidade brasileira.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: BOITEMPO EDITORIAL, 2003. 264 p. v. 1.

_____. Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2003.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da precarização do trabalho:** ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Canal 6, 2013. Projeto Editorial Práxis.

BRASIL. **Pesquisa Nacional Sobre a População Nacional em Situação de Rua. Brasília- DF, 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2014.**

HARVEY, David. **O enigma do Capital:** e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanki. São Paulo: Boitempo, 2011.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARX, Karl. **O capital: Livro I.** Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução de Jesus Raniere. 4. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZAROS, István. A crise estrutural do Capital. Tradução: Francisco Raul Cornejo...[er al]. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

PRADO PINTO, Régia Maria. **Fenômeno população em situação de rua à luz da questão social:** percursos, vivências e estratégias em Maracanaú. 2015. 215 f. dissertação (Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social)- Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015. 01. Disponível em: <<http://www.uece.br/mass/>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

SOBRE A ORGANIZADORA

Luciana Pavowski Franco Silvestre - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-059-9

